



Reflexões sobre a institucionalização de políticas ambientais na Guiné-Bissau a partir da década de 1990

Aldine Valente BATHILLON¹
Carla Craice da SILVA²

Resumo

O presente artigo visa compreender o processo de institucionalização das políticas ambientais na Guiné-Bissau. Para a realização desta pesquisa recorreu-se a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, com coleta de dados em artigos, documentos institucionais e decretos de criação das áreas protegidas. Após a democratização da Guiné-Bissau em 1991, criou-se uma estrutura que possibilitou o surgimento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) nacionais com diversos propósitos, entre elas um conjunto de ONGs com preocupações ambientais. O período da democratização também trouxe condições para uma maior institucionalização de órgãos ambientais, entre eles o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) que assume o compromisso a gestão das áreas protegidas do país. Em suma, verificou-se que a democratização do país aliada a atuação estratégica e coordenada do IBAP com as ONGs nacionais e internacionais para a criação, implementação e gestão das áreas protegidas criaram bases para o desenvolvimento e consolidação da institucionalização de políticas ambientais.

Palavras-chave: Políticas ambientais; Guiné-Bissau; Áreas protegidas; Ongs.

Abstract

This article aims to understand the process of institutionalization of environmental policies in Guinea-Bissau. To carry out this research, use a bibliographic research, of a qualitative nature and exploratory nature, with data collection in articles, institutional documents and study bases from main sources. Created a democratic structure in 1991, created an opportunity structure for the purpose of Guinea after the national Non-Governmental Organizations (NGOs) with several among them a set of NGOs with environmental concerns. The period of democratization also brought conditions for greater institutionalization of environmental agencies, including the Institute for Biodiversity and Protected Areas (IBAP), which is committed to managing the country's protected areas. In short, policies and protected areas for the implementation and international management of the foundations for the creation of strategic and international implementation.

¹ Estudante do Curso de Mestrado Associado UFMG-Unimontes em Sociedade, Ambiente e Território, Universidade Federal de Minas Gerais-Instituto de Ciências Agrárias (ICA), aldinevalente@outlook.com.

² Cientista social, doutora em Demografia. Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)-Instituto de Humanidades e Letras (IHL), carlacs@unilab.edu.br.

Keywords: Environmental policies; Guinea Bissau; Protected areas; NGOs

Introdução

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África com uma superfície total de 36.125 km², que Ela faz fronteira ao norte com Senegal e ao sul com a Guiné-Conacri. Além da sua parte insular, constituída por cerca de 88 ilhas que formam o Arquipélago dos Bijagós, o país possui sua maior área no continente, que alberga a capital Bissau. Em 1973, o país declarou unilateralmente a sua independência de Portugal após um processo de luta armada que, no entanto, somente foi reconhecida em 1974. Deste então, a Guiné-Bissau passou por um regime político de partido único sob a diligência do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC).

Após a independência, aconteceram sucessivos períodos de golpe de Estado que se acentuaram após a democratização do país, criou-se um contexto de constantes instabilidades políticas e econômicas, baixo índice de desenvolvimento humano e vulnerabilidades socioambientais. O país tem sua economia baseada na agricultura de subsistência, extratação de produtos naturais e exportação da castanha de caju e pesca. A maioria da população guineense depende do rico e diverso ecossistema para a sua subsistência (IBAP, 2014). A fragilidade política e econômica aliada a pressão global e regional sobre os recursos naturais impõe a necessidade de criação de mecanismos para a conservação do meio ambiente no país (IBAP, 2014).

A partir dos anos de 1990, estabeleceu-se um debate a nível mundial sobre a necessidade de se criar mecanismos para frear as constantes ameaças ao meio ambiente envolvendo principalmente os efeitos da poluição e a perda da biodiversidade (ISA, 2011). Nessa mesma década também se propaga a ideia de desenvolvimento sustentável veiculado pelo Relatório de Brundtland como sucessora do “desenvolvimento”, um conceito que se consolidou com o discurso de posse do ex-presidente estadunidense Truman em 20 de Janeiro de 1949 (ESTEVA, 2000). A Rio-92 (ou ECO-92) foi um evento que mobilizou esforços para alertar o mundo sobre a necessidade de conciliar o crescimento econômico e o avanço sobre os recursos humanos de modo a atingir um desenvolvimento sustentável (ISA, 2011).

A partir desse marco verificou-se um processo de adoção de políticas ambientais pelos países e a consolidação do movimento ambientalista mundial. Em território nacional, a Guiné-Bissau passava por um período de democratização no início da década de 1990 que moldou condições para a organização do movimento ambientalista no país. Este cenário se mostrou fundamental, não apenas para o surgimento e emergência de Organizações Não-

Governamentais (ONGs) ambientalistas nacionais e assinaturas de tratados importantes, mas porque permitiu a criação de órgãos estatais dedicados a assuntos ambientais, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente (BARROS; VAZ; CARDOSO, 2013).

A partir de todo esse contexto surge um questionamento: em quais conjunturas foram instituídas as políticas ambientais na Guiné-Bissau? É a partir desse questionamento que foi delineado o objetivo do trabalho. E em prol disso, o presente trabalho visa compreender a institucionalização de políticas ambientais na Guiné-Bissau a partir da década de 1990.

Deste modo, considerando o objetivo do trabalho acima delineado, optou-se por uma pesquisa exploratória intencionando uma familiarização com o tema (GIL, 2002). Para a coleta de dados, realizou-se uma revisão bibliográfica de temáticas relacionadas às correntes do ecologismo, movimentos sociais, implementação de áreas protegidas e emergência de ONGs ambientalistas na Guiné-Bissau. Em vista disso, um conjunto de artigos e documentos institucionais foi selecionado como fonte para a realização do artigo, o que caracteriza a presente pesquisa como uma pesquisa bibliográfica e documental em função da técnica utilizada para a coleta de dados (GIL, 2002). Assim sendo, incluem-se também as consultas realizadas em decretos de leis do estabelecimento das áreas protegidas na Guiné-Bissau de modo a obter um panorama mais geral da atuação dos movimentos ambientalistas deste país.

1. Contexto nacional: democratização e emergência da sociedade civil

A Sociedade Civil será compreendida nesse trabalho, a partir da visão do sociólogo Miguel de Barros (2014), como um conjunto “formado por organizações sem fins lucrativos, de natureza privada, não submetidas ao controlo direto do Estado com vista a realizar objetivos sociais ou públicos” (BARROS, 2014, p.37). De acordo com Barros (2014), a noção de sociedade civil na Guiné-Bissau não se encontra atrelada aos arranjos do Estado Moderno Colonial português e ao colonialismo, uma vez que sua existência é pré-colonial. Neste contexto pré-colonial, destacam-se um conjunto de grupos que compõe a sociedade civil guineense, como as organizações rurais e estruturas de mediações interétnicas, organizações de cunho geracional e religiosas, sistemas de autoridade hierarquizados em função das aldeias, e bem como posteriormente organizações urbanas a partir de 1900, a exemplo da Liga Guineense criada sob o aval das autoridades portuguesas que regulavam a atuação dos atores sociais por meio dos estatutos da colônia (CARDOSO, 2014 apud BARROS, 2014).

Durante a luta armada pela independência contra o governo colonial português, verificou-se a emergência de alguns partidos políticos e movimentos de resistência. No entanto, foi no processo de democratização em 1991 com a alteração da Constituição da

República que houve um crescimento acentuado de movimentos da Sociedade Civil, com um destaque especial para partidos políticos, associações, sindicatos e organizações não governamentais nacionais (BARROS, 2014). Esses eventos se constituíram num divisor de águas crucial para o movimento da Sociedade Civil no país, permitindo assim a sua expansão ao abrir espaço para uma maior diversificação de organizações atuantes (BARROS, 2014). Entre estas, destacam-se as ONGs ambientalistas, elementos centrais no ambientalismo nacional. Alguns nomes das ONGs são populares no país como a Tiniguena, a Ação para o Desenvolvimento (AD), RADI, Nantynian, etc. (BARROS; VAZ; CARDOSO, 2013).

Segundo Juan Martínez-Alier (2007), a emergência do movimento ambientalista mundial esteve intimamente ligada com a expansão do “desenvolvimento” e a exploração exacerbada dos recursos naturais. Desta forma, a expansão do ecologismo/ambientalismo³ teve suas bases assentadas no crescimento econômico (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Acompanhando a dinâmica internacional, a consolidação do ambientalismo nacional também esteve ligada à expansão do crescimento que se traduziu na superexploração de recursos naturais visando o lucro, mas principalmente ligada ao combate a predação ilegal dos recursos naturais do país, a erosão e a perda da diversidade biológica. Esse era também um cenário que, a nível internacional, estavam sendo instituídas importantes convenções no campo ambiental, a exemplo da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica (1993), Convenção sobre Combate à Desertificação e a formalização da Agenda 21, e o programa de transição para o desenvolvimento sustentável (ISA, 2011).

Logo após a democratização, a Guiné-Bissau assinou importantes convenções internacionais: a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica realidade em 12 de Junho de 1992 no Rio de Janeiro (e ratificou em Outubro de 1995) visando o impedimento da perda de sua diversidade biológica, a Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação em 17 de Junho de 1994 (ratificada em Outubro de 1995), e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em 8 de Março de 1995 (ratificada em Outubro do mesmo ano) (BARROS; VAZ; CARDOSO, 2013).

Todo esse cenário da década de noventa possibilitou não apenas o surgimento de organizações ambientais nacionais e assinaturas de tratados importantes, como também permitiu a criação de órgãos estatais dedicadas a assuntos ambientais no país. A exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente criada em 1992 pelo decreto nº 24/92 sob a divulgação do Boletim Oficial nº12 de 23 de Março de 1992, a primeira estrutura ambiental

³ O Martinez-Alier (2007) usa esses termos no seu texto como se fossem a mesma coisa.

institucionalizada, mas extinta posteriormente e substituída pela Direção Geral do Meio Ambiente em 1996 (BARROS; VAZ; CARDOSO, 2013).

O final da década de 1990 foi marcado por uma guerra civil resultado de um conflito político-militar iniciado em 7 de Junho de 1998 e finalizado 11 meses depois. Esse conflito criou um hiato no que tange ao desenvolvimento de diversas políticas inclusive as ambientais, pois por causa dele foi adiada a criação e a implementação das áreas protegidas prevista pela “Lei Quadro das Áreas Protegidas” aprovada pelo Conselho de Ministros em 6 de Agosto de 1996 e promulgado em 22 de Maio de 1997 (GUINÉ-BISSAU, 1997). Este documento salientava que as áreas protegidas da Guiné-Bissau deveriam ter como objetivo a conservação dos ecossistemas e o desenvolvimento econômico (que também beneficia os residentes dessas áreas de conservação), visando tanto a contribuição econômica quanto a gestão participativa e durável dos recursos naturais (GUINÉ-BISSAU, 1997).

Os anos seguintes após a guerra civil, a década de 2000 mais especificamente, foram marcados pelo aumento da criação de áreas protegidas e seus órgãos gestores. Um dos órgãos cruciais para essa empreitada foi o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP) criado em 2004. Embora seja administrativamente independente, este órgão foi colocado sob a tutela do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (BARROS; VAZ; CARDOSO, 2013; IBAP, 2014). A recém-criada instituição se baseia em três pilares que seriam: dar respaldo a criação de áreas protegidas, incentivar a defesa da biodiversidade e dos ecossistemas e criar mecanismos para estimular o uso racional dos recursos naturais (IBAP, 2014). Para conseguir atingir essas metas, a principal estratégia adotada para a proteção e gestão dos recursos naturais do país foi a adoção de um Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP) caracterizada no capítulo a seguir.

2. Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP)

A ideia de desenvolvimento sustentável, assim como os objetivos da corrente conservacionista do movimento ecológico, se encontra embutido no compromisso assumido pela instituição que gera as áreas protegidas da Guiné-Bissau (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). Desta modo, o IBAP adotou como visão e como missão a gestão da biodiversidade nacional de modo que este satisfaça as necessidades da geração atual e da futura com o auxílio de conhecimentos científicos e tradicionais e parcerias no âmbito nacional (local e regional) e internacional (IBAP, 2014). A partir desses princípios, a instituição implementou 7 áreas protegidas em parceria com algumas ONGs e sob o financiamento da Fundação Bioguiné, um

instrumento de angariação de financiamentos que viabiliza a atuação do IBAP na implementação e consolidação das unidades de proteção, no apoio às comunidades locais para a redução da pobreza e na capacitação de atores (IBAP, 2014).

A revisão da “Lei Quadro das Áreas Protegidas” realizada em 2011 e instituída pelo Decreto-Lei nº 5 A-2011 estabelece que as áreas protegidas da Guiné-Bissau podem ser dos seguintes tipos: monumento natural, parque nacional, reserva natural integral, zona de natureza selvagem, paisagem terrestre ou marinha protegida, parque natural, monumento natural, área protegida comunitária e florestas e sítios sagrados, área administrada para o habitat e as espécies, e área de recursos naturais administrados (GUINÉ-BISSAU, 1997; 2011).

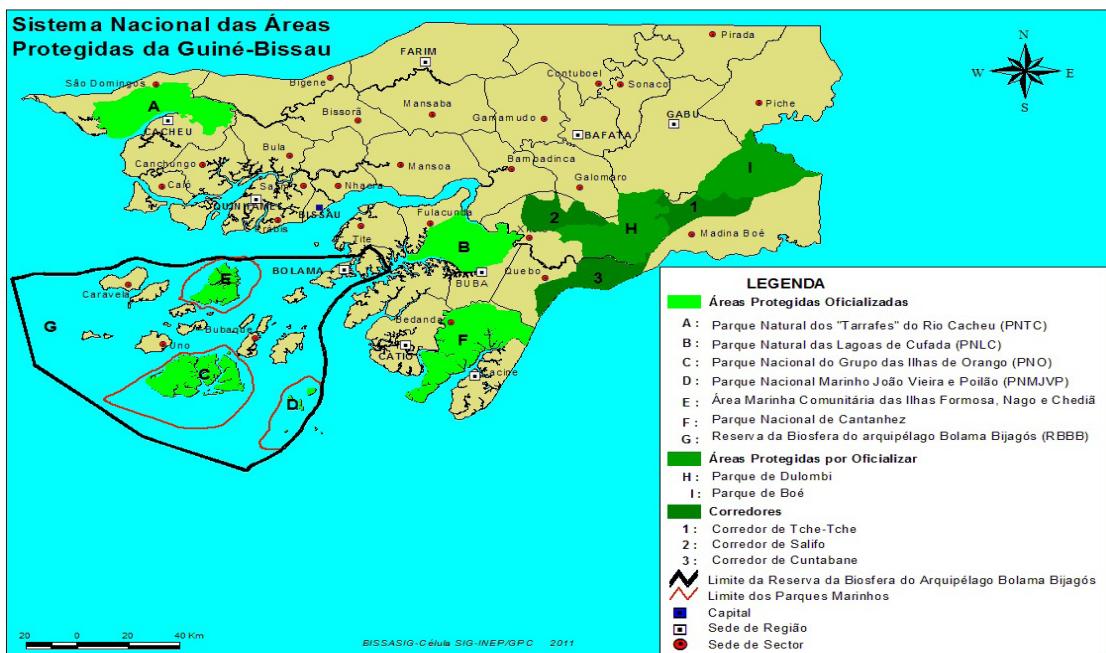
Vale ressaltar que o IBAP gerencia as áreas protegidas através do SNAP que possui:

- 9 Parques protegidos: Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok (Nago, Formosa e Chediã) (2008), Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós; Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu (1997)⁴; Parque Nacional de Cantanhez (1997)⁵; Parque Nacional das Ilhas de Orango (1997); Parque Nacional Marinho João Viera e Poilão (2005); Parque Natural das Lagoas de Cufada (1997); Parque Nacional de Boé (ainda em processo de consolidação); Parque Nacional de Dulombi (ainda em processo de consolidação).

- 3 Corredores ecológicos (ainda em processo de consolidação): Tchetché, Cuntabani e Salifo. Vide o Mapa do Sistema Nacional de áreas protegidas da Guiné Bissau abaixo:

⁴ Parques criados em 1997, porém o decreto oficial foi emitido apenas em 2000 devido ao conflito político militar de 1998: Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu, Parque Nacional das Ilhas de Orango, Parque Natural das Lagoas de Cufada.

⁵ Criada em 1997, porém o decreto oficial só foi emitido em 2011.



Fonte: IBAP, 2014.

As áreas protegidas do país obedecem ao princípio de zonagem (secção II, artigo 25) que determina a sua divisão em: zonas de preservação integral (áreas restritas sem permissão para a realização de qualquer que seja atividade, com exceção de visitação, observação científica, colheita ou pesca das comunidades residentes), zonas de transição (áreas situadas entre a zona de preservação integral e zonas de desenvolvimento durável onde apenas uma autorização da entidade reguladora pode permitir o uso) e zonas de desenvolvimento durável (áreas liberadas para a exploração econômica e durável dos recursos) (GUINÉ-BISSAU, 2011).

Para a gestão dessas unidades de conservação, o IBAP conta com o apoio das ONGs ambientalistas nacionais e internacionais que atuam no país, e bem como de instituições estatais nacionais e veículos de imprensa. Segundo o documento do IBAP (2014) “*Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau (2014 – 2020)*”, a instituição tem apoios e parcerias a nível institucional com: a Direção-Geral da Pesca Artesanal e o Centro de Fiscalização das Atividades da Pesca (FISCAP) através de fiscalização da pesca costeira para evitar que espécies consideradas proibidas sejam capturadas e impedir que sejam aplicados materiais de pesca inadequados; a Guarda Nacional para garantir o cumprimento do regulamento ambiental; o Ministério da Educação e da Saúde no que tange a viabilização do apoio educacional e assistência substancial para a populações residentes nos parques (IBAP, 2014).

Segundo o IBAP (2014), as ONGs parceiras mencionadas têm diferentes modos de atuação. Ora vejamos:

- A Tiniguena é parceira na criação e co-gestão da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok;
- A Ação para Desenvolvimento (AD) atua na co-gestão e por vezes substitui o instituto no plano de gestão do Parque Natural do Tarrafes de Cacheu e no Parque Nacional de Cantanhez;
- A Daridibó desenvolve projeto de conservação de chimpanzés similar ao projeto intencionado pelo IBAP na área delimitada para a consolidação do Parque Nacional de Boé;
- A Organização para a Defesa e o Desenvolvimento das Zonas Húmidas (ODZH) é parceira no âmbito da pesquisa;
- As ONGs Ação para o Desenvolvimento (AD) e GAECA Palmeirinha atuam no ramo da comunicação e sensibilização da população;
- As rádios Okinka Pampa, Kassumai, Djandjan e Lamparam são veículos utilizados para sensibilização, informes e divulgação;
- As ONGs internacionais Monte ACE, FIBA, Noé Conservation e CBD-Habitat atuam nas áreas protegidas em complementaridade com o IBAP na gestão das unidades de conservação;
- A World Wide Found for Nature (WWF) e a Wetlands Internacional são colaboradores no que diz respeito a monitorização das unidades e a pesquisa;
- A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) é uma ONG parceira do IBAP desde o processo de criação desta instituição. Esta ONG atuou inclusive junto ao IBAP no planejamento do SNAP, e atualmente ela auxilia na prestação de assistência técnica, planejamento de projetos no âmbito da pesca e ecoturismo, e assistência nos assuntos de diplomacia.

Como se pode constatar, um dos braços do movimento ambientalista nacional está ligada às instituições estatais que tomam para si como seu principal instrumento de conservação ambiental a implementação de áreas protegidas e o estabelecimento de redes de parcerias com diversos atores, em especial as ONGs ambientalistas nacionais e internacionais.

Na perspectiva do Juan Martínez-Alier (2007), o desenvolvimento histórico do movimento ecológico esteve intrinsecamente relacionado a três principais correntes do ecologismo, que são: Culto à vida silvestre, Evangelho da ecoeficiência e o Ecologismo dos pobres. A primeira corrente é caracterizada pelo autor como sendo aquela que defende a natureza preservada sem interferência humana. O surgimento da primeira corrente “culto à vida silvestre”, de acordo com Martínez-Alier (2007), se encontra ligada ao “amor às belas paisagens”. Oposta à visão materialista, esta corrente tem como sua principal proposta política

a implementação de reservas naturais sem a presença humana. Ao ser renovada nos Estados Unidos, o “culto à vida silvestre” ganha uma dimensão restauradora traduzida como uma domesticação da natureza (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Além de biólogos e filósofos, Martínez-Alier (2007) aponta que a corrente também teve respaldo de ONGs como a World Wide Found For Nature (WWF) e a International Union for the Conservation of Nature (IUCN), principais disseminadores de modelos de parques baseados no “culto a vida silvestre” ou no preservacionismo de acordo com a perspectiva de António Carlos Diegues (2008).

Na Guiné-Bissau, a ONG IUCN⁶ esteve alinhada com a proposta da primeira corrente. A IUCN iniciou sua atuação no país em 1988 e em 1989 apoiou as discussões da Estratégia Nacional de Conservação e também ofereceu o apoio técnico para o Gabinete de Planificação Costeira sob o apoio financeiro da Cooperação Suíça (IBAP, 2008). Um estudo de caso realizado por Marina Padrão Temudo (2009) entre 1993 a 2008, mostra que a UICN foi uma das parceiras na implementação do Parque Nacional de Cantanhez. A implementação dessa unidade suscitou uma série de questionamentos, pois trouxe limitação de acesso da população aos recursos, aflorou tensões entre a população local, além de colocar em xeque o método nativo de conservação ambiental. Em consequência disso:

A sacralidade da natureza, que permitiu a preservação dos grandes maciços de floresta densa sub -húmida até aos nossos dias, foi irreversivelmente ferida pelas intervenções de desenvolvimento (lei da terra e projecto de criação de um parque natural), que curiosamente tinham por objectivo defendê -los contra a suposta acção predatória das populações locais. O projecto de criação do parque natural de cantanhez surge assente na construção de um falso problema, existente numa falsa região. Como vimos, até ao início do projecto, os grandes maciços florestais tinham sido preservados e a maior pressão exercida por uma população crescente sobre os recursos naturais deu origem a alterações nas regras de atribuição de fundiário e a uma extraordinária inovação nos sistemas de produção (na qual também influíram alterações nas relações sociais e nas políticas económicas) (TEMUDO, 2009, p.259).

A implementação autoritária de áreas protegidas pode criar conflitos ambientais territoriais e causar impactos irreversíveis, a exemplo do comprometimento dos modos de vida das comunidades. Os autores Andrea Zhouri & Klemens Laschefske (2010) caracterizam estes tipos de conflitos como consequências da distribuição desigual dos recursos e do processo de sobreposição de territórios de diferentes grupos sociais com lógicas diferenciadas de apropriação de território. A gestão de áreas protegidas que proíbe o acesso e usufruto dos

⁶ Ou UICN devido a tradução para do nome da ONG para português, ficando União Internacional para a Conservação da Natureza.

recursos naturais pelas populações nativas, assim como a imposição das áreas protegidas como moeda de troca para sanar os danos de empreendimentos desenvolvimentistas (com o auxílio de tecnologias científicas), são processos que caracterizam a expropriação (ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

A implementação de áreas protegidas para a mitigação dos efeitos do desenvolvimento obedece ao modelo de conservação sinalada na segunda corrente do movimento ecológico. A segunda corrente apontada por Martínez-Alier (2007), o “evangelho da ecoeficiência”, também nomeada de corrente conservacionista por Diegues (2008), tem suas preocupações voltadas para os impactos do crescimento econômico nos campos da natureza, da agricultura, da economia industrial e do urbano. Esta corrente defende o crescimento econômico de forma parcial apoiando a modernização ecológica e o desenvolvimento sustentável, onde o utilitarismo e a eficiência ganham respaldo da ciência para a gestão racional dos recursos naturais que preza o proveito econômico e ecológico (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Por fim, a última corrente que esteve mais restrita aos países do chamado terceiro mundo, denominada de “ecologismo dos pobres e movimento por justiça ambiental”, se debruça sobre os impactos ambientais resultantes do crescimento econômico, enfatizando a desigual transposição de recursos naturais e distribuição de zonas afetadas por resíduos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007). A exploração dos recursos normalmente é feita em países do terceiro mundo, criando problemas que afetam populações minoritárias e grupos sociais vulneráveis, e estes, por sua vez, criam seus próprios mecanismos de defesa e luta em busca da justiça social através da reivindicação dos direitos territoriais e pela sacralidade da natureza como garantias da sua subsistência (MARTÍNEZ-ALIER, 2007).

Portanto, a defesa da existência de parques sem presença humana se mostra em desacordo com o contexto local, visto que no contexto guineense muitas populações tradicionais dependem diretamente do meio ambiente que os rodeiam, estabelecendo relações de interdependência com o lugar que os acolhe física, espiritual e socialmente. Pode-se constatar que pelos compromissos assumidos e pela atuação do IBAP, o modelo de sua gestão vai ao encontro da corrente do Evangelho da ecoeficiência ou corrente conservacionista, prezando sempre pelo uso racional dos recursos e o desenvolvimento sustentável. Todavia, o fato do IBAP apoiar e incluir as comunidades no seu processo de gestão junto as ONGs não impede a existência de conflitos em torno dos usos e acesso aos recursos nas unidades de proteção.

Considerações finais

A gênese do movimento ambientalista na Guiné-Bissau esteve ligada a uma estrutura de oportunidade oferecida pelo processo de democratização no país a partir de 1991. A principal estratégia utilizada para a salvaguarda do meio ambiente se traduziu na implementação de áreas protegidas com a intenção de suprir a vulnerabilidade dos recursos naturais face a predação ilegal, degradação e perda de diversidade.

Assim como grande parte dos países africanos, a Guiné-Bissau enquanto nação tem como um dos seus grandes objetivos alcançar o desenvolvimento. Para alcançar o tão sonhado desenvolvimento, a exploração dos recursos naturais através da implementação de projetos desenvolvimentistas, como assinala a corrente do “evangelho da ecoeficiência”, se torna um dos meios necessários a partir da qual o Estado não pretende abrir mão tão cedo. Deste modo, torna-se imprescindível que a gestão das áreas protegidas priorize a participação democrática e valorize os saberes das populações locais que dependem dos recursos naturais de modo a evitar conflitos e garantir a continuidade da reprodução dos modos de vida dos nativos.

Em síntese, o desenvolvimento do cenário ambientalista guineense foi alicerçado na institucionalização de políticas ambientais, no estabelecimento de áreas protegidas pelo IBAP e na sua atuação coordenada com as ONGs ambientalistas nacionais e internacionais para a criação, implementação e gestão das unidades de conservação. Concluindo, as unidades de conservação implementadas podem não ser necessariamente uma moeda de troca direta para projetos desenvolvimentistas locais, mas sem sombra de dúvida elas estão inseridas num plano mais global de minimizar os impactos do avanço desenvolvimentista e perda de diversidade e biomassas.

Referências

- BARROS, Aissa Regala de; VAZ, Ana Cristina; CARDOSO, Leonildo. **Manual sobre ambiente e conservação**. UE-PAANE, 2013.
- BARROS, Miguel de. **A Sociedade civil e o estado na Guiné-Bissau**: Dinâmicas, desafios e perspectivas. U. E. PAANE, 1ª Edição, 2014.
- CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico**: sentidos e trajetórias em Educação Ambiental. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- DIEGUES, António Carlos. Escolas atuais de pensamento ecológico e a questão das áreas protegidas. In: **O mito moderno da natureza intocada**. 6ªedição. Editora HICITEC-NUPAUB, 2008.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, António Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^a edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais. Editora Record, 2007.

GUINÉ-BISSAU. **Decreto- Lei nº5-A/2011**. Boletim oficial, 2011.

GUINÉ-BISSAU. Ministério do Turismo, Ambiente e Artesanato. **Lei quadro das áreas protegidas**. Bissau, 1997.

IBAP- Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. 2014. **Estratégia nacional para as áreas protegidas e a conservação da biodiversidade na Guiné-Bissau 2014 – 2020**. Bissau, 70 páginas. República da Guiné-Bissau.

IBAP- Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas. **Plano de gestão do parque natural dos tarrafes do Rio Cacheu (PNTC)**. 1^a ed., 2008.

ISA-Instituto Socioambiental. **As conferências da ONU e o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

TEMUDO, Marina Padrão. A narrativa da degradação ambiental no sul da Guiné-Bissau. In: **Revista do centro em rede de investigação em antropologia**, vol. 13 (2), 2009.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.